

Archer admite que reserva dificulta a renegociação

BRASÍLIA
AGÊNCIA-ESTADO

O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, admitiu, ontem, que a reserva de mercado para a informática está sendo um dos empecilhos para a renegociação da dívida externa brasileira, que começou a ser avaliada ontem pelo Clube de Paris. Segundo o ministro, essa questão chegou a ser discutida na reunião ministerial realizada anteontem no Palácio do Planalto, e apesar dos ministros reconhecerem essa dificuldade, todos foram unânimes em defender a Lei de Informática votada pelo Congresso Nacional.

Para Archer, o desenvolvimento do setor científico e tecnológico brasileiro está sendo responsável pelo surgimento de alguns conflitos externos, principalmente com os Estados Unidos. Mas ele entende que o País não pode abrir mão de um processo que o conduzirá à soberania e auto-suficiência.

Segundo o ministro, uma das queixas apresentadas no Clube de Paris diz respeito às dificuldades que algumas empresas européias encontram para entrar no Brasil, em decorrência

da reserva de mercado para a informática. Apesar disso, o ministro da Ciência e Tecnologia foi taxativo ao garantir que durante a reunião ministerial "não se ouviu qualquer comentário contra a maneira como a política de informática vem sendo desenvolvida". Além disso, garantiu que ninguém questionou a necessidade do desenvolvimento científico e tecnológico.

Além das críticas recebidas pelas empresas estrangeiras, Renato Archer afirmou, ontem, durante almoço de confraternização realizado com os funcionários de seu ministério, que a reserva de mercado também vem sendo contestada por parte da imprensa.

O ministro Archer fez um balanço de seu ministério e citou que o Tancredo Neves era um grande defensor da Lei de Informática, "pois chegou mesmo a defender a reserva de mercado no Congresso Nacional". Quando Tancredo morreu, Archer comentou que alguns setores imaginavam que o presidente José Sarney, por já ter sido seu adversário político, pudesse modificar essa posição brasileira. "Mas ao contrário do que imaginavam esses setores, Sarney ratificou a intocabilidade da lei", ressaltou.